



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2012

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 48.º alínea d) da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, apresenta-se o relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 10.369.882,90 euros de despesa paga e um total de 10.543.612,62 euros de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 45.379.385,03 e um total de fundos próprios de 8.584.957,32 euros, incluindo um resultado líquido de 291.580,92 euros) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:



Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 12	Grau Exec. Orç Dez 11
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	4 383 647,00	4 094 049,52	289 597,48	93,39%	3 308 797,74	1 074 849,26	75,48%	80,06%
2	Aquisição de bens e serviços	7 298 964,00	6 189 460,10	1 109 503,90	84,80%	2 734 472,98	4 564 491,02	37,46%	30,08%
3	Juros e outros encargos	1 016 900,00	893 656,32	123 243,68	87,88%	320 379,00	696 521,00	31,51%	50,98%
4	Transferências correntes	229 717,00	195 746,30	33 970,70	85,21%	112 931,32	116 785,68	49,16%	34,96%
5	Subsídios	401 000,00	396 256,88	4 743,12	98,82%	396 256,88	4 743,12	98,82%	99,05%
6	Outras despesas correntes	623 260,00	575 584,15	47 675,85	92,35%	396 256,88	227 003,12	63,58%	18,63%
DESPESAS CORRENTES		13 953 488,00	12 344 753,27	1 608 734,73	88,47%	7 269 094,80	6 684 393,20	52,10%	52,71%
7	Aquisição de bens de capital	6 661 626,00	4 065 044,76	2 596 581,24	61,02%	1 935 381,35	4 726 244,65	29,05%	13,46%
8	Transferências de capital	214 880,00	184 212,99	30 667,01	85,73%	76 503,19	138 376,81	35,60%	25,96%
10	Passivos financeiros	2 244 650,00	1 001 460,34	1 243 189,66	44,62%	990 795,75	1 253 854,25	44,14%	46,00%
11	Outras despesas de capital	254 010,00	0,00	254 010,00	0,00%	0,00	254 010,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL		9 375 166,00	5 250 718,09	4 124 447,91	56,01%	3 002 680,29	6 372 485,71	32,03%	21,80%
TOTAL DE DESPESAS		23 328 654,00	17 595 471,36	5 733 182,64	75,42%	10 271 775,09	13 056 878,91	44,03%	40,99%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Liquida	Saldo	Grau Exec. Dez 12	Grau Exec. Dez 11
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	758 610,00	780 016,73	21 406,73	102,82%	112,24%
2	Impostos indirectos	26 350,00	25 077,73	-1 272,27	95,17%	147,14%
4	Taxas, multas e outras penalidades	493 650,00	474 436,30	-19 213,70	96,11%	385,18%
5	Rendimentos da propriedade	750,00	49,73	-700,27	6,63%	41,07%
6	Transferências correntes	11 415 838,25	3 855 461,32	-7 560 376,93	33,77%	38,22%
7	Venda de bens e serviços correntes	939 205,00	780 062,74	-159 142,26	83,06%	51,06%
8	Outras receitas correntes	20 410,00	72 147,75	51 737,75	353,49%	389,86%
RECEITAS CORRENTES		13 654 813,25	5 987 252,30	-7 667 560,95	43,85%	47,25%
9	Venda de bens de investimento	4 069 774,00	0,00	-4 069 774,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	5 300 592,00	4 249 488,06	-1 051 103,94	80,17%	64,33%
13	Outras receitas de capital	3 300,00	3 918,65	618,65	118,75%	375,38%
RECEITAS DE CAPITAL		9 373 666,00	4 253 406,71	-5 120 259,29	45,38%	32,16%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 500,00	4 278,86	2 778,86	285,26%	2373,93%
16	Saldo da gerência anterior	298 674,75	298 674,75	0,00	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		300 174,75	302 953,61	2 778,86	100,93%	101,85%
TOTAL DE RECEITAS		23 328 654,00	10 543 612,62	-12 785 041,38	45,20%	41,66%



Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/12	dez/11	dez/12	dez/11
Receita total / Despesa total	102,65%	100,17%	59,92%	48,31%
Receita corrente / Despesa corrente	82,37%	87,01%	48,50%	47,94%
Receita capital / Despesa capital	141,65%	147,48%	81,01%	47,65%
Despesa Pessoal / Despesa Total	32,21%	45,47%	23,27%	26,46%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	26,62%	20,51%	35,18%	31,18%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	18,84%	8,50%	23,10%	22,46%
Serviço da Dívida / Despesa Total	9,65%	10,93%	5,69%	5,43%
Receitas próprias / Despesa Total	23,74%	24,60%	13,86%	11,86%
Transferências recebidas / Despesa Total	78,91%	71,79%	46,06%	34,62%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,12%	5,72%	5,08%	5,23%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

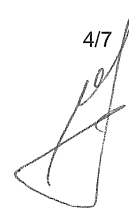
Rátios de estrutura da receita	dez/12	dez/11
Receitas próprias / Receita total	23,13%	24,55%
Transferências recebidas / Receita Total	76,87%	71,67%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	3,78%
Passivos Financeiros / Despesa Total	0,00%	3,79%
Passivos Financeiros / Serviço da Dívida	0,00%	34,65%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa, verifica-se uma manutenção dos níveis de execução das despesas correntes. As rubricas de capital registam uma melhoria dos graus de execução.

Assim, nas despesas com pessoal o grau de execução ronda os 75% essencialmente em resultado da dívida assumida com a ADSE e ainda não paga, subsídios de refeição e contribuições para a segurança social. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução orçamental baixo, uma vez que as despesas pagas representam cerca de 37% da dotação corrigida e 44% dos compromissos assumidos, indicadores que traduzem um grau elevado de dívida assumida e não regularizada a fornecedores.

O grau de execução das despesas correntes foi de 52% em 2012 quando em 2011 foi de 53%. Ao nível das despesas de capital o grau de execução do orçamento foi de 32% sendo que em igual período do ano anterior atingiu 22%.

Considerando a despesa global (corrente e capital), o grau de execução orçamental é cerca de 44%, tendo no ano anterior atingido 41%.



7. Considerando a execução orçamental da receita, globalmente, e tal como para as despesas, o seu grau de execução orçamental é superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 45% contra 42% no ano transato.

No que se refere às receitas de capital, foram executados 45% contra 32% verificados em igual período do ano anterior. O baixo grau de execução orçamental ficou a dever-se à não realização da venda de bens de investimento.

Analisando as receitas correntes, verifica-se que o grau de execução orçamental foi de 44%, inferior o verificado em igual período do exercício transato que atingiu 47%. Para este decréscimo da execução das receitas correntes contribuiu a redução de receitas relacionadas transferências correntes.

8. Face ao já descrito no ponto anterior, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 82% quando no ano anterior havia sido de 87%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, inverte-se ligeiramente a tendência, isto é, as despesas correntes foram suportadas em 49% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 48%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, no ano de 2012 verifica-se um decréscimo face a 2011, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 147% em 2011 e em 142% no ano de 2012. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, no ano de 2011 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 48% pelas receitas de capital, quando em 2012 as despesas de capital se encontravam cobertas em 81%.

9. No que se refere às receitas próprias, é de salientar o acréscimo, face a igual período do ano anterior, do valor obtido, isto é, passaram de 2.273.989,90 € em dezembro de 2011 para 2.438.663,24 € em dezembro de 2012 (164 673,34 €). Este efeito permitiu uma melhoria da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas. Assim, na ótica da despesa comprometida verifica-se uma evolução favorável, sendo que as despesas totais são cobertas por 14% das receitas próprias em 2012 e 12% em 2011.
10. Ainda relacionado com a execução da receita, devemos referir a divergência entre as receitas previstas e as receitas líquidas cobradas, sendo os casos mais relevantes ao nível das transferências correntes e vendas de bens e serviços correntes, venda de bens de investimento e transferências de capital a obter. O grau de execução orçamental das transferências correntes verificadas em 2012 é inferior ao verificado em 2011, pelo que se recomenda maior rigor na elaboração dos orçamentos, sobretudo da parte relacionada com a receita de modo a obter graus de execução que se mostrem exequíveis face ao histórico verificado em períodos anteriores.
11. A despesa comprometida em 2012 mostrou-se superior em 7.051.858,74 € em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 9.907.836,77 € no final de 2011. Apesar da evolução positiva mantém-se um desvio significativo, mostrando dificuldades do Município em proceder à liquidação atempada dos seus compromissos.



ANÁLISE ECONÓMICA

12. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2012	%	2011	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	446 636,57	4,93%	494 372,31	5,13%
72	Impostos e taxas	1 340 825,50	14,81%	1 311 517,39	13,62%
73	Proveitos Suplementares	311 472,54	3,44%	339 119,85	3,52%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 020 151,52	66,49%	6 404 931,80	66,52%
75	Trabalhos para a própria entidade	143 567,72	1,59%	137 489,56	1,43%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 977,21	0,02%	1 035,02	0,01%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	789 989,49	8,72%	939 653,66	9,76%
	TOTAL DE PROVEITOS	9 054 620,55	100,00%	9 628 119,59	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2012	%	2011	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	430 530,36	4,91%	437 816,57	4,31%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 128 020,86	24,28%	2 157 141,99	21,22%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	530 416,10	6,05%	666 618,35	6,56%
64	Custos com o pessoal	3 249 840,44	37,09%	3 958 134,31	38,94%
65	Outros custos e perdas operacionais	52 070,65	0,59%	47 257,27	0,46%
66	Amortizações do exercício	1 261 178,72	14,39%	1 285 551,02	12,65%
67	Provisões do exercício	36 765,32	0,42%	105 842,07	1,04%
68	Custos e perdas financeiros	836 356,11	9,54%	594 797,29	5,85%
69	Custos e perdas extraordinários	237 591,07	2,71%	912 144,51	8,97%
	TOTAL DE CUSTOS	8 762 769,63	100,00%	10 165 303,38	100,00%

13. A estrutura de proveitos apresenta uma diminuição de 573.499,04 € face a igual período do ano anterior. O acréscimo de 29.308,11 € verificado em impostos e taxas é diluído pelas diminuições verificadas em transferências e subsídios obtidos e proveitos e ganhos extraordinários em 534.444,45.

14. Apesar de se ter verificado uma diminuição significativa nos proveitos, a estrutura de custos apresenta uma evolução favorável (menos -1 402 533,75€), onde pontifica a diminuição dos custos



com o pessoal e dos custos e perdas extraordinários. Desta forma, o resultado obtido é positivo, ascendendo a 291.850,92 €.

ANÁLISE FINANCEIRA

15. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/12	%	dez/11	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	111 010,94	15,68%	113 725,29	7,96%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	4 052,73	0,57%	5 658,86	0,40%
24	Estado e outros entes públicos	42 624,60	6,02%	45 810,15	3,20%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	550 312,34	77,73%	1 264 323,91	88,44%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	708 000,61	100,00%	1 429 518,21	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	708 000,61	100,00%	1 429 518,21	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/12	%	dez/11	%
2311	Empréstimos de curto prazo	3 215 140,77	14,03%	2 922 681,88	11,79%
221	Fornecedores c/c	3 800 415,47	16,58%	2 413 188,75	9,73%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	183 849,77	0,80%	1 402 499,19	5,66%
217	Clientes e utentes c/cauções	35 927,11	0,16%	35 927,11	0,14%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 417 086,95	19,28%	2 944 989,68	11,88%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	234 108,67	1,02%	1 763 399,15	7,11%
24	Estado e outros entes públicos	789 288,87	3,44%	854 377,83	3,45%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	2 451 873,46	10,70%	2 980 317,20	12,02%
	Total Curto Prazo	15 127 691,07	66,02%	15 317 380,79	61,77%
2312	Dívidas a instituições de crédito	6 875 150,15	30,00%	8 123 038,36	32,76%
2689	Outros credores	912 279,97	3,98%	1 358 620,81	5,48%
	Total Médio Longo Prazo	7 787 430,12	33,98%	9 481 659,17	38,23%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	22 915 121,19	100,00%	24 799 039,96	100,00%

16. Considerando os compromissos já assumidos não faturados (i.e., por relevar na contabilidade patrimonial) no valor de 1.031.852,26 €, aferem-se responsabilidades financeiras totais de 23.946.973,45 € no final de 2012, representando um decréscimo de 3.847.705,84 € em relação ao final do exercício anterior, cujas responsabilidades financeiras ascendiam a 27.794.679,29 €.



17. No âmbito da Lei das Finanças Locais - Capítulo IV, verifica-se que:

- a) É excedido o limite previsto no n.º 1 do seu art.º 37.º, em 10.212.853 €. No entanto, considerando o estabelecido no Orçamento de Estado (OE) para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) que estabelece no artigo 66.º que o valor do endividamento líquido em 31 de dezembro de 2012 calculado com base na LFL não pode exceder o valor que existia em 31 de dezembro de 2011, verifica-se a existência de um excesso de endividamento de 2.110.268 €.
- b) É excedido o limite previsto no n.º 1 do seu art.º 39.º, em 262,164,79 €.
- c) É excedido o limite previsto no n.º 2 do seu art.º 39.º, em 2.840.412 €. No entanto, considerando o estabelecido no Orçamento de Estado (OE) para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) que estabelece no artigo 66.º que o limite de endividamento de médio e longo prazo ascende a 9.941.439 €, verifica-se que existe margem de endividamento de 1.111.674 €.

Viseu, 18 de abril de 2013

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda., n.º 85,
Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710